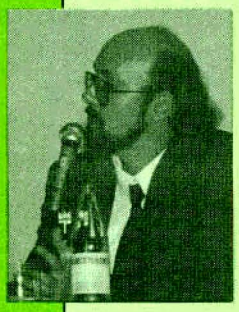
ISO14000: riscos da certificação ambiental



MAURICIO JOSÉ LIMA REIS

A conservação ambiental ocupa significativa parcela dos esforços de todos os agentes econômicos. É preciso adotar sistemas de gestão ambiental mais aprimorados, especialmente se considerada a natureza multidisciplinar das relações entre homem e ambiente. Tais sistemas visam equacionar a difícil questão econômica, pois todo um setor poderá sucumbir diante de exigências legais, normativas, ou comunitárias que inviabilizem sua atividade.

O mercado percebeu que as exigências podem atuar a favor da competitividade de uns, mas inviabilizando outros. Uma empresa ou setor que veja nas questões ambientais uma vantagem competitiva, utiliza-la-á com vigor, especialmente se fomentar, na comunidade que abriga uma atividade concorrente, uma oposição ao "poluidor", mesmo que tal classificação não tenha sustentação técnica ou amparo legal. Há casos de setores atingidos por "verdades estabelecidas" disseminadas por concorrentes, que se utilizam da fachada de uma organização não-governamental ou instituição de pesquisa. Há renomados cientistas que, inebriados por pretensas grandes causas, emprestam respeitabilidade a "verdades científicas" inconsistentes, que causam enormes estragos às atividades atingidas, fechando empresas, gerando toda sorte de conflitos.

As mudanças na economia mundial motivam a busca de novas formas de protecionismo e disputas geopolíticas, destacando-se os seguintes aspectos:

• Os blocos comerciais precisam conciliar a abertura comercial com a manutenção de taxas de crescimento que garantam emprego e renda compatíveis com os padrões alcançados por seus países líderes, o que os tem levado a prestigiar os parceiros comerciais internos, a eles aliados por tratados, em detrimento dos demais.

• Alguns setores dos países desenvolvidos vêm pressionando seus governos a fixarem barreiras comerciais favoráveis à sobrevivência de atividades pouco competitivas na livre concorrência.

• A recente conclusão da Rodada Uruguai dificultará a fixação de barreiras comerciais sem justificativas plausíveis, a pretexto de "preservação ambiental".

• A UE, associada a ONG e instituições científicas, vem procedendo à elaboração da certificação da qualidade ambiental dos produtos lá comercializados, fazendo-o de modo não-transparente, como se depreende das normas vigentes em alguns países-membros.

• Os países que secretariam todos os subcomitês da ISO14000 pertencem ao Primeiro Mundo e os que terão os maiores problemas para se certificarem serão os países em desenvolvimento.

A Organização Internacional de Normalização (ISO) instalou, em março de 1993, o Comitê Técnico (TC) 207, com seis subcomitês (SC) que respondem pela elaboração das normas de gerenciamento ambiental (SC1) e auditoria ambiental (SC2 a SC6), e um grupo especial (WGS) para harmonização das normas propostas, os quais já receberam a designação ISO14000.

Pode-se prever que, "em nome do ambiente" poderão ser estabelecidas restrições aos produtos considerados "ambientalmente nocivos". Uma "Inquisição ambiental" poderá servir aos interesses dos que, com base nas árduas regras do capitalismo, não conseguem se manter competitivos. Pelo seu porte, pela natureza de suas atividades econômicas, por abrigar um dos ecossistemas mais visados do planeta — a Amazônia — e apresentar fragilidades nas estruturas sociais e ambientais, o Brasil está exposto a restrições que afetarão seus produtos e serviços no mercado mundial. Cabe aos agentes representativos da economia brasileira precaverem-se, aprimorando a gestão ambiental, de modo a garantirem a certificação perante as normas internacionais, que serão consolidadas na ISO14000, com início para 1995 ou, no máximo, no primeiro trimestre de 1996.

A velocidade dos acontecimentos em torno da certificação impõe certo senso de unidade e alto nível técnico, sem os quais não se logrará êxito na defesa dos aspectos julgados meritórios e voltados para o interesse da atividade produtiva.

Há que se ter iniciativa e consistência. Por isso, é fundamental a instalação do Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (Gana), constituído por profissionais de áreas diversas, com a missão de acompanhar as proposições que vêm sendo formuladas pelos vários subcomitês componentes do TC-207, responsável pela formulação da ISO14000, avaliando o impacto sobre as atividades e propondo alternativas de interesse do país, sem prejuízo do objetivo maior de atender aos rigorosos preceitos de conservação e recuperação ambiental.

A ABNT foi incentivada pelas maiores empresas nacionais, com destaque para a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, e pela CNI, AEB, Fiesp, Abecel, IBS, Ibram, Abquim, BNDES, além de outras entidades representativas, a instalar o Gana, organizado de forma idêntica ao TC-207, com os mesmos subcomitês, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Ressalte-se que a representação brasileira na ISO se dá através da ABNT, à qual serão encaminhadas as proposições formuladas pelo Gana.

A representação não é fácil e o Gana vem ao encontro da necessidade de apoiar as ações da ABNT junto à ISO, baseadas em proposições concretas e coesas, representativas das posições de um dos mais importantes setores da sociedade brasileira, aquele que maiores problemas enfrentará quando da exigência de certificação de qualidade ambiental.

Maurício José Lima Reis é gerente geral de Desenvolvimento Sustentável da Companhia Vale do Rio Doce e dirigente do Comitê Coordenador do Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (Gana).